

BRUNO MIRAGEM

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

3^a
edição

revista e
atualizada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 26.01.2021
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2021 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, nº 11 – 8º andar – Centro
Rio de Janeiro / RJ – CEP 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Fabricio Vale
- Imagem de capa: Wassily Kandinsky, Composition 7 (1913) – Galeria Tretyakov, Moscou, Rússia.
- A partir da 3ª edição essa obra passou a ser publicada pela Editora Forense, sob o título *Direito das Obrigações*.
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

M636d
Miragem, Bruno

Direito das Obrigações / Bruno Miragem. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-309-9423-5

1. Direito civil – Brasil. 2. Obrigações (Direito) – Brasil. I. Título.

21-68744

CDU: 347.41(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439



SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	1
1. Definição e evolução histórica do direito das obrigações.....	1
1.1. Características da relação obrigacional.....	4
1.2. Conteúdo da relação obrigacional.....	5
1.3. Distinção da relação obrigacional e da relação de direito real (relação real)	6
1.4. Obrigações reais. Obrigações <i>propter rem</i> . Distinção dos ônus reais.....	7
2. Importância do direito das obrigações	9
3. Situação do direito das obrigações no sistema jurídico brasileiro	12
4. Obrigação como processo	13
4.1. Estrutura da obrigação como processo: deveres decorrentes da relação obrigacional	13
4.2. Compreensão dual da relação obrigacional: débito e responsabilidade.....	15
5. Unificação do direito das obrigações no Código Civil de 2002.....	16
6. Elementos da relação obrigacional.....	20
6.1. Sujeitos.....	20
6.2. Objeto	20
6.2.1. A patrimonialidade do objeto.....	20
6.2.2. Objeto da obrigação: prestação de fato e prestação de coisa	21
6.2.3. Obrigações pecuniárias: prestação de dinheiro.....	22
6.2.3.1. Princípio nominalista das prestações pecuniárias	24
6.2.3.2. Dívidas de dinheiro e dívidas de valor	25
6.2.4. Requisitos do objeto	26
6.2.4.1. Licidade.....	26
6.2.4.2. Possibilidade	27
6.2.4.3. Determinação	28
6.2.5. Complexidade do objeto da relação obrigacional: a obrigação como totalidade	28

6.3.	Fato jurídico	29
6.4.	Garantia	29
CAPÍTULO 2 – FONTES DAS OBRIGAÇÕES		33
1.	Aproximação histórica das fontes das obrigações	33
2.	Divisão clássica quadripartida das fontes obrigacionais	34
3.	Situação atual da divisão das fontes obrigacionais	34
4.	Obrigações originadas por negócios jurídicos	36
4.1.	Negócio jurídico bilateral: contrato	37
4.1.1.	Contrato e causa	39
4.1.2.	Eficácia obrigacional e eficácia real do contrato	43
4.2.	Negócio jurídico unilateral	44
4.2.1.	Promessa de recompensa	45
5.	Obrigações decorrentes de imputação legal	46
5.1.	Atos ilícitos	47
5.2.	Imposição legal do dever de prestação	50
6.	Obrigações decorrentes de condutas sociais típicas	51
7.	Obrigações decorrentes da gestão de negócios	51
7.1.	Requisitos	52
7.2.	Efeitos	52
7.2.1.	Obrigações do gestor	53
7.2.2.	Obrigações do dono do negócio	53
8.	Obrigações decorrentes de enriquecimento sem causa	54
8.1.	Situações específicas de enriquecimento sem causa: pagamento indevido	57
8.2.	Situações específicas de enriquecimento sem causa: lucro de intervenção	57
CAPÍTULO 3 – PRINCÍPIOS DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES		61
1.	A proteção da confiança no direito das obrigações	61
2.	Princípio da boa-fé	62
2.1.	A boa-fé como cláusula geral	64
2.2.	Funções da boa-fé	65
2.3.	Situações típicas derivadas da boa-fé	67
3.	Princípio da autonomia da vontade	68
3.1.	Autonomia da vontade e vinculatividade	70
3.2.	Autonomia da vontade e relatividade	71
4.	Princípio do equilíbrio ou equivalência material	71
5.	Princípio da solidariedade	73

5.1.	Eficácia externa das obrigações em relação a terceiros	74
5.2.	Relação obrigacional e respeito à ordem pública e aos bons costumes	77
CAPÍTULO 4 – CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES		79
1.	Obrigações civis e obrigações naturais	79
1.1.	Características das obrigações naturais	80
1.2.	Algumas hipóteses de obrigações naturais	81
2.	Modalidades de obrigação quanto ao conteúdo da prestação principal	82
2.1.	Obrigação de dar	82
2.1.1.	Obrigação de dar coisa certa	83
2.1.1.1.	Tempo e modo do adimplemento: transmissão do domínio sobre a coisa e os riscos da prestação	84
2.1.1.2.	Inadimplemento total ou parcial da obrigação de dar coisa certa	86
2.1.1.3.	Perda ou deterioração da coisa por culpa do devedor	86
2.1.1.4.	Perda ou deterioração da coisa sem culpa do devedor	87
2.1.2.	Obrigações de restituir	88
2.1.2.1.	Perda da coisa a ser restituída e inadimplemento	88
2.1.2.2.	Deterioração da coisa a ser restituída e inadimplemento	89
2.1.2.3.	Superveniência de melhoramentos e acréscimos à coisa antes da restituição	90
2.1.3.	Obrigação de dar coisa incerta	91
2.2.	Obrigação de fazer	93
2.2.1.	Obrigações de cumprimento personalíssimo <i>intuitu personae</i>	94
2.2.2.	Obrigação de declarar vontade	94
2.2.3.	Inadimplemento da obrigação de fazer	94
2.2.3.1.	Tutela processual para cumprimento específico da obrigação de fazer	95
2.3.	Obrigação de não fazer	96
3.	Pluralidade de prestações: obrigações cumulativas	98
4.	Pluralidade de prestações: obrigações alternativas	98
4.1.	Titularidade e exercício do direito de escolha da prestação	99
4.2.	Impossibilidade de cumprimento e inadimplemento	100
5.	Obrigações facultativas	100
6.	Classificação da obrigação quanto à divisibilidade do objeto	101

XVIII | DIREITO DAS OBRIGAÇÕES – *Bruno Miragem*

6.1.	Obrigações indivisíveis	101
6.2.	Obrigações divisíveis	102
6.3.	Efeitos da divisibilidade da prestação em relação à pluralidade de devedores.....	103
6.4.	Efeitos da divisibilidade da prestação em relação à pluralidade de credores.....	103
6.5.	Perda da indivisibilidade.....	104
7.	Obrigações solidárias.....	105
7.1.	Fundamento e natureza da solidariedade.....	106
7.2.	Espécies de obrigações solidárias.....	108
7.3.	Solidariedade ativa.....	109
7.3.1.	Efeitos da solidariedade ativa.....	110
7.3.2.	Conversão da obrigação solidária original em perdas e danos...	112
7.3.3.	Oposição de exceções pessoais do devedor	112
7.4.	Solidariedade passiva.....	113
7.4.1.	Inadimplemento culposo da obrigação e seus efeitos aos codevedores solidários.....	116
7.4.2.	Oposição de exceções pessoais do devedor	117
7.4.3.	Vencimento antecipado da dívida em relação a um dos devedores solidários.....	117
7.4.4.	Morte de um dos devedores solidários.....	118
7.4.5.	Renúncia à solidariedade pelo credor.....	118
7.4.6.	Eficácia do pagamento na relação interna entre os devedores solidários.....	119
8.	Obrigações de execução instantânea, diferida ou duradoura.....	121
9.	Obrigações puras, condicionais, a termo e com encargo	122
10.	Obrigações de meio, de resultado e de garantia.....	123
11.	Obrigações principais e acessórias.....	126
CAPÍTULO 5 – TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES		129
1.	Alteração da posição subjetiva da relação obrigacional.....	129
2.	Cessão de crédito.....	131
2.1.	Requisitos da cessão de crédito.....	132
2.2.	Eficácia da cessão de crédito.....	134
2.2.1.	Efeitos da cessão de crédito em relação ao devedor.....	135
2.2.2.	Responsabilidade do cedente perante o cessionário.....	137
3.	Assunção de dívida.....	139
3.1.	Espécies	140

3.2.	Requisitos da assunção de dívida.....	142
3.3.	Eficácia da assunção de dívida	144
4.	Cessão de posição contratual (cessão do contrato).....	145
4.1.	Requisitos da cessão de posição contratual.....	148
4.2.	Efeitos da cessão de posição contratual.....	150
CAPÍTULO 6 – ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.....		153
1.	Conceito de adimplemento	153
2.	Adimplemento e deveres de boa-fé.....	155
3.	Adimplemento e causas de extinção das obrigações	156
4.	Pagamento.....	158
4.1.	Natureza jurídica do pagamento	160
4.2.	Condições subjetivas do pagamento.....	163
4.2.1.	De quem deve pagar.....	164
4.2.1.1.	Pagamento por pessoa titular de interesse jurídico na extinção da dívida	164
4.2.1.2.	Pagamento por pessoa sem interesse jurídico na extinção da dívida	165
4.2.2.	A quem se deve pagar.....	167
4.2.2.1.	Pagamento realizado ao credor ou a seu representante	168
4.2.2.2.	Pagamento realizado a terceiro que não é credor.....	169
4.2.2.3.	Pagamento realizado a credor incapaz	171
4.2.2.4.	Pagamento realizado a credor cujo crédito foi penhorado	172
4.3.	Condições objetivas do pagamento.....	173
4.3.1.	Obrigações pecuniárias e pagamento.....	174
4.3.2.	Cláusula de escala móvel.....	178
4.3.3.	Cláusula de renegociação.....	180
4.3.4.	Revisão judicial do objeto da obrigação.....	180
4.3.4.1.	Revisão do objeto da obrigação e teoria da imprevisão.....	183
4.3.4.2.	Revisão do objeto da obrigação e teoria da onerosidade excessiva	184
4.3.4.3.	Revisão do objeto da obrigação e teoria da base do negócio jurídico	185
4.3.4.4.	Revisão do objeto da obrigação e exceção da ruína... ..	188
4.3.4.5.	Revisão judicial do objeto da obrigação segundo o art. 317 do Código Civil.....	189

4.3.5.	Do lugar do pagamento.....	191
4.3.6.	Do tempo do pagamento.....	195
4.3.6.1.	Realização e exigibilidade da prestação conforme a espécie de obrigação	195
4.3.6.2.	Antecipação da exigibilidade da prestação.....	197
4.4.	Da prova do pagamento.....	199
4.4.1.	O ato de quitação.....	199
4.4.2.	Presunção de quitação	201
4.5.	Modalidades especiais de pagamento.....	203
4.5.1.	Pagamento em consignação	204
4.5.1.1.	Natureza jurídica do pagamento em consignação	207
4.5.1.2.	Situações que autorizam o pagamento em consignação	208
4.5.1.2.1.	Mora do credor	209
4.5.1.2.2.	Insegurança subjetiva e objetiva quanto à realização satisfatória da prestação.....	210
4.5.1.3.	Pressupostos do pagamento em consignação.....	211
4.5.1.4.	Efeitos do pagamento em consignação	213
4.5.1.5.	Levantamento do depósito	214
4.5.2.	Pagamento com sub-rogação	214
4.5.2.1.	Sub-rogação legal.....	216
4.5.2.2.	Sub-rogação convencional.....	218
4.5.2.3.	Efeitos do pagamento com sub-rogação.....	219
4.5.3.	Imputação do pagamento	220
4.5.3.1.	As espécies de imputação	222
4.5.3.2.	Imputação do pagamento e tutela do interesse do credor.....	223
4.5.4.	Dação em pagamento.....	224
4.5.4.1.	Requisitos.....	225
4.5.4.2.	Efeitos	227
5.	Novação	230
5.1.	Pressupostos da novação.....	231
5.2.	Espécies de novação.....	234
5.2.1.	Novação objetiva ou real	234
5.2.2.	Novação subjetiva ou pessoal	235
5.2.3.	Novação mista.....	237
5.3.	Efeitos da novação.....	237

6.	Compensação.....	238
6.1.	Espécies	240
6.1.1.	Compensação legal.....	241
6.1.2.	Compensação convencional	245
6.1.3.	Compensação judicial.....	246
6.2.	Dívidas insuscetíveis de compensação	247
6.3.	Restrições à compensação.....	250
6.4.	Efeitos da compensação	250
7.	Confusão.....	251
7.1.	Pressupostos da confusão	252
7.2.	Espécies de confusão	253
7.3.	Efeitos da confusão.....	254
8.	Remissão de dívidas.....	255
8.1.	Espécies de remissão.....	256
8.2.	Presunções de liberação.....	257
8.3.	Efeitos da remissão	258
CAPÍTULO 7 - INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES.....		259
1.	Caracterização do inadimplemento das obrigações	259
1.1.	Inadimplemento e deveres decorrentes da relação obrigacional.....	262
1.2.	Inadimplemento e interesse útil do credor	263
1.3.	Inadimplemento e tutela da confiança.....	264
1.4.	Inadimplemento e impossibilidade de realização da prestação devida.....	265
2.	Classificação das espécies de inadimplemento.....	267
2.1.	Inadimplemento absoluto.....	267
2.1.1.	Inadimplemento absoluto e responsabilidade por danos decorrentes de ato ilícito absoluto	268
2.1.2.	Inadimplemento de obrigações positivas e de obrigações negativas.....	269
2.1.3.	Distinção entre contratos benéficos e onerosos em relação à responsabilidade do devedor por inadimplemento.....	270
2.2.	Inadimplemento relativo (mora)	271
2.2.1.	Mora do devedor.....	271
2.2.1.1.	Constituição em mora (mora <i>ex re</i> e mora <i>ex persona</i>)	273
2.2.1.2.	Responsabilidade do devedor pela mora	276
2.2.1.3.	Purga da mora pelo devedor.....	276

2.2.2.	Mora do credor.....	278
2.2.2.1.	Responsabilidade do credor pela mora.....	279
2.2.2.2.	Purga da mora pelo credor.....	279
2.3.	Inadimplemento de deveres anexos ou laterais: a violação positiva do crédito.....	279
2.4.	Inadimplemento antecipado.....	282
3.	Situações que excluem a responsabilidade pelo inadimplemento: o caso fortuito ou de força maior.....	284
3.1.	Características do caso fortuito e da força maior.....	285
3.2.	Distinção entre caso fortuito e força maior. Situação atual.....	286
3.3.	O fortuito interno e o fortuito externo.....	287
3.4.	Efeitos do caso fortuito e da força maior.....	288
4.	Eficácia legal do inadimplemento imputável e responsabilidade do devedor.....	289
4.1.	Direito de resolução.....	289
4.2.	Perdas e danos.....	290
4.2.1.	Distinção entre interesses contratuais positivos e interesses contratuais negativos.....	292
4.2.2.	Conteúdo dos danos emergentes.....	293
4.2.3.	Conteúdo dos lucros cessantes.....	295
4.3.	Juros.....	296
4.3.1.	Juros compensatórios.....	298
4.3.2.	Juros moratórios.....	299
4.3.3.	Indenização suplementar no inadimplemento de obrigações pecuniárias.....	301
4.4.	Atualização monetária.....	302
4.5.	Honorários advocatícios.....	303
5.	Cláusula penal.....	304
5.1.	Funções da cláusula penal.....	305
5.2.	Espécies.....	306
5.2.1.	Cláusula penal compensatória.....	307
5.2.2.	Cláusula penal moratória.....	307
5.3.	Efeitos.....	308
5.3.1.	Cláusula penal compensatória e indenização suplementar.....	309
5.3.2.	Efeitos da cláusula penal conforme a divisibilidade da obrigação.....	310
5.4.	Limite e controle judicial do valor da cláusula penal.....	311
5.5.	Distinção da cláusula penal e outras figuras afins.....	313

5.5.1.	Cláusula penal e cláusula de arrependimento (ou multa penitencial).....	313
5.5.2.	Cláusula penal e abono de pontualidade.....	314
5.5.3.	Cláusula penal e cláusula limitativa de indenização.....	315
5.5.4.	Cláusula penal e arras.....	316
6.	Situações que atenuam a responsabilidade pelo inadimplemento.....	316
6.1.	Cláusulas de limitação e de exclusão de responsabilidade.....	317
6.1.1.	Limites à estipulação das cláusulas de limitação e exclusão de responsabilidade.....	319
6.1.2.	Cláusulas de limitação e exoneração de responsabilidade nos contratos de consumo.....	321
6.2.	Adimplemento substancial (ou inadimplemento irrelevante).....	321
6.3.	Compensação dos benefícios e prejuízos do credor (<i>Compensatio lucri cum damni</i>).....	324
6.4.	Dedução dos danos resultantes de agravamento do devedor.....	326
6.5.	O inadimplemento eficiente.....	328
CAPÍTULO 8 DAS ARRAS OU SINAL.....		331
1.	Definição e função.....	331
2.	Espécies.....	332
2.1.	Arras confirmatórias.....	333
2.2.	Arras penitenciais.....	334
3.	Arras e relações de consumo.....	334
CAPÍTULO 9 - GARANTIAS DAS OBRIGAÇÕES.....		337
1.	A noção de garantia das obrigações.....	337
1.1.	Meios conservatórios do interesse do credor.....	339
1.2.	Meios coercitivos de tutela do interesse do credor.....	339
1.3.	Meios acautelatórios do interesse do credor.....	341
1.4.	Meios coativos de tutela do interesse do credor.....	342
2.	Limites à eficácia da responsabilidade patrimonial do devedor.....	342
3.	Igualdade entre os credores: <i>par conditio creditorum</i>	347
4.	Insolvência do devedor.....	348
5.	Preferências e privilégios creditórios.....	350
5.1.	Privilégios especiais.....	351
5.2.	Privilégios gerais.....	353
6.	Classificação das garantias.....	355
6.1.	Garantia geral e garantias especiais.....	355

XXIV | DIREITO DAS OBRIGAÇÕES – Bruno Miragem

6.2.	Garantias pessoais, garantias reais e garantias fiduciárias.....	356
6.3.	Garantias acessórias e garantias autônomas.....	357
7.	Espécies de garantias especiais.....	357
7.1.	Garantias acessórias.....	358
7.2.	Garantias pessoais.....	358
7.2.1.	Fiança.....	358
7.3.	Garantias reais.....	361
7.3.1.	Penhor.....	361
7.3.2.	Hipoteca.....	365
7.3.3.	Anticrese.....	368
7.4.	Garantias fiduciárias.....	369
7.4.1.	Alienação fiduciária.....	370
7.4.2.	Cessão fiduciária de direitos.....	373
7.5.	Garantias autônomas.....	375
7.5.1.	Aval.....	376
7.5.2.	Garantias no comércio internacional.....	377
7.5.3.	Cartas de conforto.....	381
	REFERÊNCIAS.....	383